DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

08.12.2015

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Havendo número regimental de Srs. Deputados, esta Presidência declara aberta a 13ª reunião ordinária da douta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da 1ª Sessão Legislativa e 18ª Legislatura, com a presença do deputado, líder da Social Democracia nesta Casa, Carlos Pignatari, dos deputados Ana do Carmo, Luiz Turco, Orlando Bolçoni, Chico Sardelli e Roberto Tripoli, na Presidência, que declara abertos os trabalhos.

Peço a leitura da Ata, deputado Bolçone.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O requerimento de V. Exa. é regimental. Os Srs. Deputados que concordarem permaneça como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Consideramos lida a Ata.

Vou fazer o seguinte encaminhamento, se os Srs. Deputados me permitirem. Vamos despachar a nossa pauta, que é um projeto de lei e alguns requerimentos. Em seguida, entraremos naquela reunião de trabalho em relação ao Parque dos Búfalos.

Há muitas pessoas que aqui vieram para esta reunião. Então, se os Srs. Deputados concordarem, vamos dar início à Ordem do Dia.

Item 1 - Projeto de lei 1.292/2015, do nobre deputado Rodrigo Moraes, que dispõe sobre utilização de areia descartada de fundição na construção, conservação das estradas e na cobertura de aterro sanitário licenciados.

O deputado Chico Sardelli é o relator favorável ao projeto em forma de substitutivo apresentado pela douta Comissão de Justiça.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em discussão. Não havendo deputados inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Informo aos Srs. Deputados que o nobre deputado Zico também está aqui presente. O deputado José Zico Prado, para quem não o conhece, é o deputado do PT, da zona Leste de São Paulo.

Item 2 - Projeto de lei 1.304/2015, do deputado Chico Sardelli, que inclui no calendário oficial do Estado o "Dia Estadual de Observação das Aves".

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Foi o pedido do secretário.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Foi o secretário que pediu. Então, a relatora é a deputada Célia Leão, que dá o seu voto favorável.

Em discussão. Não havendo deputados inscritos para discutir, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Srs. Deputadas que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3 - Moção 123, de 2015, do deputado Feliciano Filho. É conclusivo. Manifesta repúdio à Portaria nº 192, do Ministério da Agricultura - MAPA - e do Ministério do Meio ambiente - MMA - que suspendeu das normas proibição à pesca no período de reprodução dos peixes. Apela para a Sra. Kátia Abreu, do Ministério da Agricultura, e para a Sra. Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, que revoguem a portaria.

Mais informações temos o deputado Luiz Turco, a quem passo a palavra.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Sr. Presidente, obrigado. Na nossa avaliação aqui, esta moção já não tem mais sentido porque a portaria já foi revogada por decreto legislativo do dia 05/11. Uma portaria, inclusive, que foi feita por três deputados, se não me falha a memória: Ricardo Tripoli, Sarney Filho, o outro deputado não me lembro. Foi revogada por decreto legislativo e essa moção perde o sentido.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Anuncio a presença do nobre deputado Sebastião Santos. Gostaria de se pronunciar a respeito, deputado?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, realmente esse ato viria totalmente contra o posicionamento não só ambiental, mas à vida da fauna e da flora. Acho que temos que estar atentos ao posicionamento também no estado de São Paulo principalmente à fiscalização.

Tenho percorrido locais, principalmente alguns rios mais utilizados pelos pescadores, e está havendo um problema muito sério com a pesca de arpão. Nesse momento, onde os peixes estão à flor d'água, o camarada só precisa nadar. Ele não precisa nem mergulhar: nada, arpa e já sai para a beirada.

Acho que esta comissão precisa ficar atenta a esse tipo de atuação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nobre deputado Sebastião Santos, quer fazer algum encaminhamento?

O deputado Turco pede a retirada dessa moção, já que foi assinada em Brasília. O deputado Sebastião, concorda com o encaminhamento?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Com certeza, de acordo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Então, retiro da pauta já que não há o porquê da moção. É isto, deputado Turco?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Só para dizer que sãos os deputados Sarney Filho, Ricardo Tripoli e Daniel Coelho. São esses três deputados.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Obrigado, deputado, pela colaboração. Ao deputado Sebastião Santos, também, pela sua colaboração.

Terminamos o item da pauta e gostaria que a assessoria informasse ao deputado Feliciano Filho o porquê da retirada da pauta.

Item 4 - Requerimento de autoria da deputada Ana do Carmo e do deputado Luiz Turco solicitando a realização de uma audiência pública sobre o múltiplo uso d'água da Represa Billings.

Para debater, entre outros aspectos relacionados ao abastecimento público em situação de crise, a ampliação de reversão do braço Itaquaquecetuba e da Represa Guarapiranga, do braço Rio Pequeno para o braço Rio Grande e Represa Taiaçupeba,

ambas utilizando água do corpo central da Represa Billings, a diluição de esgoto trazido pela reversão do canal de Pinheiros originados da própria bacia, a geração de energia da Usina Henry Borden, como diversas propostas de ampliação da utilização de sua capacidade instalada e o controle de cheias na porção metropolitana da Bacia do Rio Tietê. Sugere convite a especialista para o debate do tema.

Foi dada vista aos deputados Roberto Engler, Caio Pignatari e Ana do Carmo nas últimas reuniões.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Vamos discutir a data depois.

Item 5 - Requerimento, de autoria do deputado Celso Nascimento, solicitando que seja oficializado a Superintendência do Ibama em São Paulo, Superintendência da Cetesb e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ribeirão Preto para que adotem medidas destinadas a apurar notícias de possível ocorrência de crime ambiental envolvendo lançamento in natura de esgoto doméstico no assentamento federal Mário Lago, no município de Ribeirão Preto, onde hoje estão assentadas mais de 460 famílias, com casas construídas sem rede de esgoto ou fossa séptica, contaminando o solo, indicando a possibilidade de atingir o lençol freático, tendo em vista que o assentamento está em uma das principais zonas de recarga do Aquífero Guarani, maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo, onde o aquífero pode ser acessado de forma rasa.

Também tiveram vista os deputados Turco e Célia Leão.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 6 - Requerimento, de autoria do deputado Celso Nascimento, solicitando informações ao Sr. Patrus Ananias de Souza, ministro do Desenvolvimento Agrário, ao Sr. Henrique Pires, presidente da Fundação Nacional de Saúde - Funasa - e ao Sr. Marco Pila, diretor executivo da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo - Itesp -, sobre a possibilidade de implantação do sistema de fossa séptica tipo biodigestora, destinado à execução do esgotamento sanitário para atendimento do Assentamento Mário Lago no município de Ribeirão Preto, como política de fortalecimento da agricultura familiar.

Também tiveram vista os deputados Luiz turco e Carlos Pignatari.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em discussão. Não havendo oradores inscritos para discutir, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com a aprovação do item 6 da pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 7 - Minuta da moção desta comissão dirigida à Assembleia Legislativa de Minas Gerais expressando solidariedade ao povo mineiro em decorrência do maior desastre ambiental da história do Brasil, ocorrido no município de Mariana, a partir do rompimento da barragem do Fundão, em Santarém, ambas de responsabilidade da mineradora Samarco, que provocam perda irreparável a inúmeras vidas e prejuízos incalculáveis à bacia hidrográfica do Rio Doce e ao meio ambiente daquela região.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o item 7 permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado

Item 8 - Requerimento, de autoria da deputada Clélia Gomes, solicitando encaminhamento por esta comissão, a partir da realização de audiência pública em 01.12.2015, para esclarecer por quais razões foram permitidos a construção no entorno e o funcionamento da empresa que instalaram à margem do Rio Cabuçu de Cima e áreas distintas ao piscinão, que conteriam a vazão do mencionado rio no período de chuvas ou possíveis enchentes.

Requer que sejam enviados ofícios ao Instituto Geográfico e cartórios do estado de São Paulo para que procedam levantamento cartográfico, possibilitando estudo a respeito da carta geotécnica para definir aptidão dos terrenos do entorno do Rio Cabucu de Cima, ocupação urbana.

Ao DAEE, para que se cumpram as medidas migratórias estabelecidas pelo parecer técnico - CPRN-DAIA 7996 - e as propostas pela câmara técnica, deliberação do Consema 1496, ainda estudo da Bacia da Várzea do Rio Cabuçu, para possibilidade de fixação de um parque, inclusive ao próprio acervo do Programa de Várzea, como parte integrante do Parque Ecológico do Tietê.

Ao DAEE, para que sejam procedidos estudos que estabeleçam cenários e os prognósticos de iluminação dos bairros lindeiros no rio Cabuçu de Cima, com bases e dados utilizados presentes no terceiro Plano Diretor da Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê, concluído em 2014, tendo em conta precipitação pluviais intensas.

Ao DAEE, para que sejam precedidos estudos para criação de um comitê específico para tratar as questões do rio, os responsáveis pela defesa civil no âmbito do estado de São Paulo, bem como a prefeitura das cidades de Guarulhos e de São Paulo,

para estabelecer nesse sentido providências associadas, tendo como referência o cálculo prognóstico de estudos firmados pelo DAEE 6.

À Secretaria de Meio Ambiente do Estado, para que sejam realizados estudos técnicos visando a viabilidade e efetivação de um parque estadual na área da várzea do Cabuçu.

À Secretaria de Estado e do Município, encaminhando cópias de audiência pública para seguintes órgãos: Procuradoria Geral da República, Tribunal de Contas, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, (ininteligível), Secretaria de Meio Ambiente da Cidade e do Estado, Instituto de Pesquisa Tecnológica do estado de São Paulo, (ininteligível), CREA, Comando da Polícia Ambiental do estado de São Paulo.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram (Pausa.) Aprovado.

Item 9 - Ofício 1999, de 2015, à Câmara Municipal de Batatais, encaminhado pelo presidente desta Casa, com cópia à Moção 49, de 2015, que manifesta apelo ao governo federal, ao Ministério do Meio Ambiente, no sentido de que não ocorra fechamento da base avançada do Ibama em Ribeirão Preto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordarem com o ofício permaneçam como se encontram (Pausa.) Aprovado. Só para ciência dos Srs. Deputados.

Anuncio a presença do deputado Carlos Giannazi.

Neste momento, encerro a reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Passaremos agora a discutir o requerimento apresentado pelo deputado Carlos Giannazi, que foi aprovado nesta comissão, no dia 27 de novembro, para realização de uma reunião de trabalho para discutir sobre a posição de prédios e moradias na região do Parque dos Búfalos que prejudica esse importante recurso ambiental que consiste na última área verde da Cidade Ademar e de Pedreira, na nossa Capital.

Solicita a expedição de convite a representantes da prefeitura de São Paulo para prestar esclarecimentos a esta comissão permanente sobre a devastação da prática na referida área.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Foi convidado Romildo de Pinho Campello, secretário-adjunto municipal do Verde e Meio Ambiente. Encontra-se entre nós o secretário-adjunto do Meio Ambiente? Ele não se encontra entre nós.

Convidados: Sra. Márcia Fartos Terlizzi, coordenadora da Regularização Fundiária, representante da Secretaria Municipal de Habitação do Município, que está entre nós; Sr. Sérgio Luis Marson, coordenador da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, presente; Sr. Antonio Rivas Galindo Jr. e Sra. Maria Cristina Poletto, técnicos representado a Cetesb, sejam bem-vindos; representando o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, foi convidado o Guilherme Boulos - falei com ele por telefone, ele não vem e mandou um representante. O representante do movimento está presente?

Há também uma justificativa aqui, que passo a ler: "Estou honrado pelo convite recebido de V. Exa., na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente dessa Casa Legislativa, para discutir o tema afeto ao parque (ininteligível).

Pelo presente, quero agradecê-lo. Mas, em razão do dia 8 ser comemorado o Dia da Justiça, não poderei estar presente."

Assina o promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, José Roberto Rocha de Oliveira.

O Sr. Promotor não poderá vir porque hoje é o Dia da Justiça.

Peço para que todos os citados sentem-se à mesa. Se o deputado Carlos Giannazi quiser sentar-se ao meu lado, será um prazer. Há mais alguém presente para discutir o assunto?

Primeiramente, passo a palavra ao requerente desta reunião, deputado Carlos Giannazi, para sua exposição. Em seguida, vamos começar o debate.

O encaminhamento do deputado Carlos Giannazi seria uma grande audiência pública. Pedi que fizéssemos primeiro uma reunião de trabalho. Caso necessário, no segundo momento, dependendo das informações colhidas aqui, uma audiência pública e isso num espaço muito maior. Mas seria bom ouvir todos os atores que estão trabalhando nesta questão.

Neste momento passo a palavra ao requerente deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, gostaria de agradecer o empenho do deputado Roberto Tripoli, presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

Quando trouxemos o caso aqui conversamos com ele e, de pronto, interessou-se pelo tema e propôs que fizéssemos esta reunião de trabalho para que a Assembleia Legislativa conhecesse um pouco melhor a questão do Parque dos Búfalos.

Faço o meu agradecimento público, deputado Tripoli, à sua presteza e, sobretudo, rapidez porque a questão é grave e urgente. Quero agradecer também aos deputados e às deputadas presentes da Comissão do Meio Ambiente, aos militantes do movimento ambientalistas, às autoridades presentes que vieram para discutir este importante tema.

Quero resumir rapidamente a situação, para quem não conhece, do Parque dos Búfalos. Ele fica na zona Sul de São Paulo, na região da Cidade Ademar. Já é utilizado praticamente como área de lazer pela população local, que fica à beira da Represa Billings, uma área literalmente de manancial que daria, mais ou menos, um tamanho superior ao Parque do Ibirapuera, com várias nascentes, com várias espécies nativas, com vários pássaros, mas, sobretudo, uma grande área de lazer à beira da Represa Billings.

Na legislatura passada municipal, foi feito um decreto transformando essa área num parque chamado Parque dos Búfalos. Estranhamente, em 2013, com a nova administração do prefeito Fernando Haddad, o decreto foi revogado. Foi apresentado um projeto de construção de prédios de habitação popular, num financiamento da "Minha Casa Minha Vida", com recursos do governo estadual e da prefeitura de São Paulo, numa área de manancial no momento em que estamos vivendo uma grande crise hídrica no estado de São Paulo.

É um fato altamente contraditório, primeiramente porque é uma área verde, área de lazer, área que já foi ocupada praticamente pela população de uma região que não tem um único espaço de lazer, espaço de cultura nem nada. É uma população totalmente marginalizada, abandonada pelo poder público, pela prefeitura, pelo estado, pelo governo federal. A única área pública, entre aspas, que existe lá é o Parque dos Búfalos, que será praticamente repartida ao meio.

Como uma boa parte será utilizada para construção desses prédios, é lógico que haverá um grande impacto ambiental na região. Nascentes serão destruídas, toda fauna e flora. Sobretudo, uma grande área de lazer será retira dessa população altamente excluída da nossa cidade. Este o cenário.

Após muitas movimentações, o Ministério Público é contra e entrou com uma ação civil pública. Todas as entidades ambientalistas de São Paulo e do Brasil, todos os

militantes ambientalistas, todas as pessoas que militam nessa área ambiental são radicalmente contra. Artistas, várias pessoas já assinaram o abaixo-assinado.

Há uma grande movimentação na cidade de São Paulo contra a destruição dessa área. O movimento é muito bem organizado e já apresentou propostas alternativas para que as casas sejam construídas em outras áreas.

O movimento já apresentou sete áreas que podem recepcionar esse projeto de habitação popular importante. Não há contradição e antagonismo entre meio ambiente e habitação popular. Defendemos a habitação popular. É fundamental e importante que os recursos sejam direcionados para a construção dessas casas, para que possamos atender uma boa parte das pessoas que não têm acesso à casa própria.

Defendemos o movimento e muito mais, tanto é que ele é tão sério nesse sentido que já apresentou sete áreas. A prefeitura não aceitou literalmente e insiste na construção dos prédios no Parque dos Búfalos. Então, estamos pedindo socorro para a Assembleia Legislativa, porque, se nada for feito, teremos a destruição desse espaço.

A prefeitura diz que só vai utilizar uma parte, mas sabemos que não. Já começou a obra e a empreiteira está lá destruindo o meio ambiente. Temos muitas denúncias de destruição. Não há fiscalização. O poder público omisso não está fiscalizando a empresa. Então, chamamos para esta reunião, que, na verdade, seria uma audiência pública, mas o deputado Tripoli muito bem colocou: “Vamos, primeiro, organizar uma reunião de trabalho para ouvir as pessoas interessadas e, depois, tomamos outra atitude”.

É um grito de socorro. É um “help” que estamos pedindo para que a Assembleia Legislativa faça algo.

Já realizamos aqui uma audiência pública, deputado Tripoli, no ano passado. Neste ano também, se não me engano, já fizemos esse debate, já denunciamos exaustivamente essa questão na tribuna. Já organizei aqui uma assembleia, um programa na TV Assembleia com o Wesley, um grande líder desse movimento, junto com Aurélio. Enfim, já fizemos vários movimentos aqui dentro, mas o tema não veio ainda para a Comissão do Meio Ambiente.

Resumindo, é isso que está acontecendo. Temos aqui pessoas do movimento, que estão lá dia a dia. Acho que poderíamos ouvir essas pessoas para depois poder fazer algum tipo de encaminhamento. Não sei se tem representação aqui da prefeitura.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Quero também dar o levantamento que foi feito pelo gabinete que, de fato, existiu uma ação civil pública, movida pelo Ministério Público.

A obra continua paralisada até o final do agravo, que ocorreu no dia 19 de outubro. O Ministério Público que, apesar de representantes do empreendimento dizerem que a vegetação... Enfim, o Tribunal de Justiça dá razão à construtora e às obras iniciadas. Por unanimidade, a 2ª Câmara Pública, reservada ao meio ambiente do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, deu provimento ao recurso interposto pela construtora, autorizando o empreendimento.

Quer dizer que a Justiça deu para seguir as obras. Só que ela coloca:

- proporcional à moradia digna às famílias de baixa renda que atualmente vivem em áreas de risco localizadas em torno da represa. Cessará o lançamento de dejetos domésticos sem tratamento no reservatório. É isso que a Justiça alega e assume;

- cessará o risco de novas invasões nas áreas ocupadas, porque haverá plantio de 28 mil árvores, que 55 já serão doadas à prefeitura para a criação de um parque e que a Procuradoria Geral da Justiça opinou pelo seguimento da obra. O procurador geral da Justiça recomendou também à Justiça que aprovasse a obra.

Só estou seguindo o que o deputado já colocou e que foram ações na Justiça e, mesmo assim, a Justiça pede que a obra continue.

Recebi no meu gabinete várias denúncias em relação à fauna. Da mesma forma que o deputado colocou aqui quando fizeram o Rodoanel, primeiro, desmataram tudo para, depois, fazer o relatório de impacto ambiental. Depois é que correram atrás dos bugios, da fauna; depois da destruição.

O relatório do impacto ambiental nunca analisou a fauna. Ouvi algumas reclamações dos buracos de corujas que lá existem, alguma coisa assim Por isso é importante a reunião para ouvir os senhores o que existe de fato.

Poderíamos começar, então, quem sabe, com a fiscalização ou não? Representando a fiscalização, o coordenador da fiscalização ambiental, o Sr. Sérgio Luís Marçon. Podemos começar com o senhor? Porque tudo que o deputado colocou e que pude ler agora para vocês é um processo triste porque, de fato, a população precisa de habitação, do mesmo jeito a represa não comporta mais receber dejetos pelo esgoto.

A Sabesp já esteve aqui uma vez e disse que, de fato, ainda coloca esgoto in natura na represa. Então, quero ouvir da fiscalização o que o deputado colocou, que não

há fiscalização no local. Estão desmatando e não estão vendo a questão da fauna e da flora.

Gostaria de saber da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, na sua fiscalização, o que pode colaborar com esta reunião.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Luís Marçon.

O SR. SÉRGIO LUÍS MARÇON - Boa tarde, Srs. Deputados. Boa tarde a todos. Quanto à fiscalização ambiental por parte do estado, é importante ressaltar como fica a fiscalização entre os diversos órgãos que compõem o sistema ambiental.

Temos a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e a Polícia Militar Ambiental, que, em parceria, fazem a fiscalização massivamente de APPs, vegetação e fauna em todo o estado. Também, supletivamente, temos a Cetesb, que é um órgão que licencia as intervenções e fiscaliza suas próprias licenças.

Na área do Parque dos Búfalos e adjacências, já há bastante tempo vimos recebemos denúncias de invasão, desmatamento, pessoas que entram para colocar fogo etc. A Coordenadoria e a Polícia Militar Ambiental têm ido à área e tomado as providências cabíveis, especialmente nas áreas adjacentes ao Parque dos Búfalos. Nessa área propriamente dita, antes do início das intervenções, não tínhamos identificado nenhum tipo de supressão de vegetação ou queimadas. Há uma área ao lado que foi, sim, objeto de invasão, de queimada e que foi fiscalizada pela Polícia Militar Ambiental. Foram lavrados autos de infração.

A Procuradoria Geral do Estado nos auxiliou, já que aquela área é particular, a entrar com uma ação estabelecendo multa para aqueles que entrassem na área para causar a degradação. Fixamos placas no local para impedir a entrada das pessoas. Essas placas foram sistematicamente retiradas por alguns cidadãos, mas as recolocamos recentemente nessa área adjacente. De algum tempo para cá, as obras que foram licenciadas se iniciaram e o cronograma previsto de implantação tem acontecido. Por parte da Polícia Militar Ambiental, que é quem faz as operações de campo, temos feito rondas no local, nas adjacências e no próprio Parque dos Búfalos para coibir qualquer ação que não esteja prevista nas licenças.

Não sei se os colegas da Cetesb querem complementar com o que tem a ver com o licenciamento.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra, pergunto ao senhor responsável pela fiscalização se em relação ao Parque dos Búfalos teve alguma multa, alguma iniciativa do seu departamento. Houve alguma degradação? Porque, do lado vizinho, parece que vocês multaram. Ali, na obra que iniciou recentemente. Houve alguma coisa fora da legislação que vocês fiscalizaram?

O Sr. SÉRGIO LUÍS MARÇON - Não. Não foi identificado nada.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Na questão da fauna também, vocês não viram os buracos das corujas? Não conheço, mas recebi várias cartas sobre os buracos das corujas. Viu alguma situação?

O SR. SÉRGIO LUÍS MARÇON - Estivemos presentes numa reunião na Câmara Municipal, onde foi denunciado esse fato, cerca de 15 dias atrás. Foram feitas diligências no local.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - De quinze dias para cá vocês fizeram diligências no local, depois da reunião da Câmara Municipal?

O SR. SÉRGIO LUÍS MARÇON - Sim. Não foi encontrado nada que não esteja previsto no cronograma de obras e intervenções fora do que foi autorizado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Tudo que esta ali é legal visto por vocês?

O SR. SÉRGIO LUÍS MARÇON - Sim. Está dentro do cronograma e das autorizações.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Quero anunciar que se encontra entre nós o deputado Marcos Martins.

Vou passar a palavra ao pessoal da Cetesb. Se o deputado Carlos Giannazi quiser fazer alguma interferência, está à disposição.

Estão aqui o Sr. Antonio Rivas e a Sra. Maria Cristina, técnicos representando a Cetesb. Tem a palavra o Sr. Antonio Rivas.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O SR. ANTONIO RIVAS - Boa tarde a todos. Sou gerente da Agência Ambiental de Santo Amaro e em parte responsável pelo licenciamento dessa obra.

Essa obra ocorre num terreno de propriedade privada, que o proprietário cuida há mais de cem anos, há muito tempo. Uma área que tem 832 mil metros quadrados, sendo que 548 mil metros quadrados são áreas verdes onde estão situadas as nascentes e os fragmentos florestais. Essas áreas todas serão mantidas ...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Preservadas?

O SR. ANTONIO RIVAS - ... e foram doadas como áreas verdes públicas ao município.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Desculpe, só para podermos nos entender. Essas áreas onde tem as nascentes...

O SR. ANTONIO RIVAS - São preservadas.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - São preservadas e viraram públicas?

O SR. ANTONIO RIVAS - Sim. Quinhentos mil metros quadrados, num total de 800 mil.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Só estão utilizando no empreendimento 300 mil, mais ou menos?

O SR. ANTONIO RIVAS - Trezentos mil metros quadrados para construção dessas habitações. Há monitoramento de fauna em que foi identificada, no início das obras, a presença não só de corujas, como papagaios e outros animais até maior importância que a coruja. Mas todos esses animais foram afugentados para áreas remanescentes, que é onde realmente tem a maior parte de ...

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O SR. PRESIDENTE - RICARDO TRIOLI - PV - A palavra afugentados me assusta um pouco. Houve manejo?

O SR. ANTONIO RIVAS - Não.

O SR. PRESIDETE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Afugentados é a palavra.

O SR. ANTONIO RIVAS - Afugentados.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Está sendo gravado? Taquigrafia. Foram afugentados pelo estado?

O SR. ANTONIO RIVAS - Não. Foram afugentados...

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela obra?

O SR. ANTONIO RIVAS - Pela obra, não. Pelas pessoas responsáveis, técnicos como biólogos, veterinários que acompanham a obra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Então houve um manejo?

O SR. ANTONIO RIVAS - Não. Manejo é quando há captura.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Isso. Quando você maneja daqui para lá.

O SR. ANTONIO RIVAS - Não. Não houve captura.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - O que eles fizeram?

O SR. ANTONIO RIVAS - Foi autorizada a derrubada de 217 árvores. Sobrou um remanescente de milhares e milhares de árvores.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Claro. Volto a falar como Rodoanel. O Rodoanel primeiro passou o trator para depois ver o que tinha. O senhor falou que a coruja não é tão importante, mas para mim todas as vidas são importantes porque a vida tem que ser preservada.

Teve um relatório de impacto ambiental antes feito pela empresa e aprovado pela Secretaria de Meio Ambiente de Estado?

O SR. ANTONIO RIVAS - Não é um EIA/Rima, é um RAP, um Relatório de Avaliação Preliminar.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Somente um RAP. Em relação à fauna, o senhor diz que os animais que lá estavam foram afugentados para a vizinhança pelos próprios.

O SR. ANTONIO RIVAS - Pela própria área do empreendimento, dentro do próprio empreendimento.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas quem fez isso? Quem afugentou?

O SR. ANTONIO RIVAS - A equipe contratada pela obra.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor sabe quem é a equipe contratada pela obra, para me ajudar? Porque eu vou atrás para saber quem é a equipe. Não? O senhor também não é obrigado a saber de cabeça, claro.

Gostaria que fosse feito um requerimento à Secretaria para saber qual o departamento veterinário que esteve lá, citado pelo responsável da Cetesb nesta audiência, que afugentou os animais ali presentes, dito, conforme a taquigrafia, pelo representado.

O SR. ANTONIO RIVAS - A empresa consultora acompanhou, vistoriou todas essas árvores, subiu nas árvores.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Houve fiscalização. Os senhores do meio ambiente acompanharam?

O SR. ANTONIO RIVAS - Estivemos lá ontem.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas acho que a Cetesb não foi ver a fauna, não é?

O SR. ANTONIO RIVAS - Também.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - A senhora quer se manifestar?

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Nossa equipe analisou durante a fase prévia e agora. A fase de instalação e operação é com a agência ambiental e o Rivas é o responsável. Nós analisamos o relatório ambiental preliminar, que era o documento pertinente para um porte de empreendimento como esse. Analisamos e consideramos viável o empreendimento, sendo que ele preserva, conforme Rivas já destacou, cinquenta hectares, praticamente, que vai ser um parque, sem haver gastos de dinheiro público - porque o empreendedor está usando a parte viável.

Já há até um zoneamento da área de proteção de mananciais que dita a área que você pode ocupar e a que você tem que preservar. Isso foi observado para o desenvolvimento do projeto em aprovação. Então ele já foi feito, já havia restrições ambientais para a ocupação da gleba. Poderia até ser feito um parque, só que o poder público teria que pagar tudo. Ali a lei de uso e ocupação do solo permitiria as manifestações municipais, que temos que observar, também estavam de acordo e...

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Desculpe, senhora. Nós estávamos discutindo aqui, quando a senhora pediu a palavra, a questão da fauna que foi afugentada. Quando a senhora pediu a palavra, pensei que fosse colocar algum dado.

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Desculpe. É que daí eu fui...

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - A senhora colocou a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, porque o departamento de Meio Ambiente do município é muito mais forte do que o do estado em relação à preservação da fauna. O município tem um hospital público para animais silvestres criado por mim, que fica no Parque Ibirapuera e no Parque Anhanguera, dos quais você tem conhecimento.

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Desculpe. Irei voltar ao assunto.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O que estou questionando é o que o nosso companheiro colocou aqui e a forma como ele colocou. Então a empresa consultora contratada foi lá e afugentou todos os animais?

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Não.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Foi isso o que eu ouvi. Está aqui. Então a senhora pediu a palavra e eu pensei que talvez a senhora quisesse colaborar.

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Sim, desculpe. Quando você analisa o relatório ambiental preliminar e concede a licença prévia são determinadas várias exigências para as fases seguintes do licenciamento. O afugentamento, embora a palavra possa parecer estranha, é para evitarmos que haja coleta de animais durante a implantação da obra. A obra ocupa praticamente campo antrópico, é uma pastagem. Ela irá intervir apenas sobre árvores isoladas.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas então na questão das corujas, que fazem um buraco no chão e colocam seus filhotes, os técnicos do município poderiam fazer um manejo, retirá-las e colocá-las em outro local, fazer uma adaptação. Esses profissionais são dessa área, inclusive a reabilitação no Parque Anhanguera é para essa função, para o animal reaprender a se alimentar, a voar, enfim.

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Mas nós não usamos um órgão público para fazer isso. O próprio...

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Sabe o que me assustou? As corujas estão em um buraco. Se eu ligo uma máquina aqui, alguns animais voam, mas a coruja vai para o buraco. Eu não sei como as afugentaram.

O SR. ANTONIO RIVAS - As tocas todas foram demarcadas antes do início da terraplenagem, foram inspecionadas, e segundo os relatórios da empresa de consultoria contratada pela obra não se tratavam de ninhos, eram apenas tocas. Então os animais não estavam reproduzindo naquele momento, era uma moradia.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - A conversa melhorou. Não havia filhotes em nenhuma toca?

O SR. ANTONIO RIVAS - Segundo informaram, não. E esses animais foram deslocados para uma área.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor leu essa informação, acompanhou, viu?

O SR. ANTONIO RIVAS - Nós recebemos essa informação em um relatório de monitoramento.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Você recebeu de quem? Da empresa?

O SR. ANTONIO RIVAS - Da empresa que faz o monitoramento.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu gostaria de receber cópias, requeiro cópias desse documento para análise da comissão. O senhor quer continuar?

O SR. ANTONIO RIVAS - Basicamente é isso. Só quero dizer que o fragmento florestal importante, a área onde está sendo feita a intervenção é pasto com algumas árvores isoladas. Chama-se Parque dos Búfalos porque lá havia búfalos e até hoje há muitas vacas e animais presentes. Nessa parte mais antropizada é que está sendo feita a

obra. A possibilidade de vida na área remanescente é muito maior do que nesse local que é mais antropizado. Se bem que a coruja tem a característica de preferir esses campos.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Sim. Elas geralmente preferem campo aberto, não ficam no meio da mata.

O senhor deputado gostaria de usar a palavra?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria que houvesse um contraponto, porque temos aqui a Betina, que é uma das pessoas que acompanham o que está acontecendo no Parque dos Búfalos. Eu gostaria que ela pudesse falar um pouco, pois é um outro olhar, o do movimento social organizado, das pessoas que moram na região e que acompanham, que fiscalizam todo esse processo de construção. Gostaria apenas que ela pudesse ter acesso à palavra após essas duas intervenções.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Acho que podemos fazer uma conversa geral de trabalho, porque aqui estão a Cetesb, o responsável pela fiscalização do Meio Ambiente e a Habitação, do município. Então também está aqui a Betina Schmidt. A senhora quer usar a palavra?

A SRA. BETINA SCHMIDT - Gostaria de falar apenas sobre a questão da coruja, porque de fato esse relatório não me parece verdadeiro. Foi conversado sobre isso na Câmara também, naquela reunião que o Sérgio citou. Eu e Reni Freitas, uma jornalista que acompanha o movimento, estivemos no parque - não sei dizer a data, mas era próxima a esse relatório - e ela conseguiu uma foto nítida na qual vemos os filhotes de coruja dentro do buraco. Então eu acho isso complicado, porque a terraplanagem já foi feita e fica muito difícil vocês dizerem agora que foram verificar. Como é que você vai encontrar um ninho depois da terraplanagem? Tenho sérias dúvidas e coloco em questão esse relatório.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - A Presidência já fez um requerimento aos órgãos competentes para repassar esse trabalho da empresa consultora. Vamos analisar o que eles falaram, porque o que houve no Rodoanel foi

triste. Não sei se vocês lembram, mas colocaram fogo para espantar os animais. O que fizeram foi triste.

Gostariam de colocar mais alguma coisa? Cetesb? Não? O senhor gostaria de pronunciar alguma coisa, senhor deputado?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Por enquanto não.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - A Habitação do município gostaria de se pronunciar?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Boa tarde. Agradeço o convite. Estou aqui para prestar informações a respeito desse empreendimento. Acho que muito já foi falado sobre ele, acho que já está bem esclarecido o interesse do município nesse empreendimento tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista da política de Habitação.

É uma área, como o senhor Rivas colocou muito claramente, que será ocupada em apenas um terço pelo empreendimento. Esse atendimento, é importante frisar, também tem um componente ambiental forte, uma vez que ele vai receber famílias que serão removidas de áreas ambientalmente frágeis. Ou seja, são famílias que estão sendo removidas de APPs, de áreas de preservação, de córregos e de áreas de risco, inclusive da envoltória. Ou seja, ele tem uma função estratégica do ponto de vista ambiental ao receber famílias que hoje ocupam áreas que serão recuperadas pelo Programa Parque e Mananciais.

É preciso abrigar as famílias que ocupam essas áreas. A vinculação se dá por meio da própria contratação, no momento em que foi contratado o empreendimento vinculado ao PAC, ao “Minha Casa, Minha Vida”. Existe uma regra bem clara para os empreendimentos vinculados ao PAC que diz que eles só podem receber, exclusivamente, famílias que são removidas das áreas.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Quantas famílias serão atendidas?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Serão atendidas 3.860 famílias da área de Cidade Ademar, prioritariamente, que hoje ocupam Guacuri, o Morro do Macaco e várias áreas.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Já aproveitando, vou fazer uma pergunta. Essas pessoas serão retiradas dessas áreas de risco?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Sim. Muitas já foram retiradas, inclusive.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - E após isso essas áreas irão virar parques? Senão elas serão invadidas novamente.

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Elas passarão por obras. Exatamente, elas serão recuperadas, irão virar parques. Temos até um exemplo bastante simbólico, reconhecido internacionalmente que é o Cantinho do Céu, um parque de uso de toda a população, que pode utilizá-lo para lazer.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Você tem no papel o local de onde sairão essas famílias?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Temos, sim. Podemos enviá-lo.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Por favor.

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - E para essa recuperação precisamos dar habitação para essas famílias, devido ao direito à habitação, e a Z4, no plano diretor estratégico, têm essa função. A Z4 foi concebida dentro da bacia, geralmente nos mananciais, justamente para cumprir essa função estratégica de receber essas famílias removidas dessas áreas ambientalmente frágeis. Acho que o empreendimento Espanha é de fundamental interesse público, não só do ponto de vista habitacional, como também do ponto de vista ambiental.

Outra coisa que quero esclarecer também, a partir da fala que foi colocada aqui, é que o decreto da gestão anterior, revogado em 2013, foi um decreto de desapropriação.

Ou seja, teríamos recursos públicos para a constituição do parque. Com o empreendimento, nós recebemos essas áreas sem precisar do decreto. Foi por isso que ele foi revogado, só porque iríamos receber os 500 mil m^2 de graça na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O proprietário vendeu os 300 mil m^2 ou não?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Na verdade ele só irá utilizar os 300 mil m^2.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Ele tinha 800 mil m^2, vendeu 300 mil m^2 e doou 500 mil m^2, que ele também não poderia mexer, pelo que eu entendi do que vocês disseram.

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Era uma área limpa.

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - A mata vai ser preservada.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas o empresário está ganhando com isso, senão ele também não iria...

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - É o mundo. E do ponto de vista ambiental, nós teremos um parque, e agora, recentemente, foi emitido um novo decreto que finalmente constitui o parque. E, inclusive, faz parte do empreendimento, com recurso do programa “Minha Casa, Minha Vida”, a construção de alguns equipamentos do parque para uso da população, para a população retomar o uso após a obra. Ou seja, o uso que é dado no momento para a população na área que hoje é privada vai se tornar público, e a população vai continuar usando a área, como já vinha fazendo, agora mais bem equipada, com fiscalização, inclusive, com guarda civil metropolitano fornecendo segurança para todos.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O triste, que vemos no decorrer dos anos, é que o culpado pela invasão dos mananciais é o próprio estado, porque foi o estado que asfaltou, que iluminou. Quer dizer, não poderia ter colocado água, não poderia ter colocado luz. O estado deu ônibus para a população ir para lá, ou seja, o estado influenciou a população para invadir uma série de áreas.

Não haveria outra área para ser utilizada independente desse ganho do empresário? Porque o empresário também ganhou. Não haveria outra área, em vez de área dos mananciais?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Na verdade, todas as áreas mananciais livres são particulares, seja desse proprietário ou de outro. Qualquer um iria ganhar. A questão é que boa parte das áreas indicadas são altamente vegetadas, e para construir qualquer habitação nelas haveria muito corte de árvores, enquanto nessa será construído apenas na área que está antropizada, onde não existe mais nenhum fragmento. Ou seja, a área que foi indicada pelo movimento não é passível de ser utilizada para habitação.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O que preocupa a mim e ao movimento é a fiscalização, porque no papel fica tudo bonito. O juiz liberou porque vai haver tratamento de água, não irão mais invadir nada ao lado, mas a nossa fiscalização é triste. Eu vejo o próprio Ibama que, por exemplo, terceirizou funcionários para o estado. Há alguns anos havia sete fiscais do Ibama para tomar conta de todo o estado de São Paulo. A estrutura da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente eu conheço bem, é fraca. A do estado também é, desculpem-me.

Quando se faz alguma coisa na Alemanha, por exemplo, a própria população fiscaliza. A Lei de Poluição da Atmosfera na Alemanha é rígida, mas não precisa de muitos fiscais, porque a própria população faz a fiscalização, a cidadania. Isso não existe aqui, principalmente em uma área longínqua desse jeito.

Passo a palavra ao deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria apenas de fazer algumas considerações e algumas perguntas. Estamos falando aqui do impacto ambiental da construção do Parque dos Búfalos, mas haverá também um impacto social tenebroso naquela região.

Como eu disse, é uma região totalmente abandonada pelo poder público, é só vocês visitarem para ver. Eu faço um convite aos deputados para que possam conhecer a região do Parque dos Búfalos. Vossas Excelências irão perceber que é uma área totalmente abandonada, sem estrutura educacional. A população não tem acesso a hospitais, a espaços de cultura, de lazer, de creche, de educação infantil, de nada. É um inferno social. Não tem transporte público ali. A região é completamente ocupada e o transporte é altamente precário e desumanizado. E agora, de maneira irresponsável, a Prefeitura irá instalar na região de 15 a 20 mil pessoas. É uma irresponsabilidade gritante também do ponto de vista social. Do ponto de vista ambiental não há dúvidas, porque é um escândalo a Prefeitura construir cerca de vinte prédios na beira da represa Billings. O empreendimento é muito perto.

O deputado Tripoli colocou uma questão importante aqui. Vossa Excelência, que é um grande ambientalista, que já participou de muitas lutas históricas, falou muito bem sobre a questão da fiscalização. Nós não temos nenhuma garantia de que após a construção desses prédios haverá fiscalização em relação ao tratamento de esgoto. O empreendimento está na porta da represa Billings.

Em um momento como esse, de crise ambiental, de crise hídrica, quando a grande pauta no Brasil e no mundo é a questão da água, o estado vai na contramão e continua reforçando um erro histórico, uma omissão histórica. Ele permitiu a ocupação desses espaços, não fiscalizou e continua persistindo no mesmo erro. Ele dá continuidade ao mesmo erro construindo naquele local.

O movimento sugeriu algumas áreas. Quero até discordar em relação ao que a Secretaria da Habitação tem colocado, dizendo que são áreas inapropriadas para a construção desses prédios. Mesmo que fossem, a Prefeitura possui outros instrumentos. Ela tem todo um aparato técnico para procurar outras áreas e até para desapropriar e ir comprando outras áreas.

Em um momento como esse, isso é um verdadeiro contrassenso ambiental, um crime ambiental sem precedentes. Nós estamos falando da represa Billings, que é um reservatório importante hoje. E o empreendimento é muito próximo da represa, é na cara da represa Billings, além da questão também gravíssima que é o impacto social, que levantei.

Quero saber se a Prefeitura pensou nisso. Como as pessoas irão ter transporte, acesso à educação infantil e creche, em Emei, na pré-escola, ensino fundamental, ensino médio. Como essas pessoas terão um mínimo de possibilidade de sobrevivência em uma

região já superpovoada e, como eu disse, literalmente abandonada pelo poder público? Parece que a Prefeitura quer esconder os pobres, amontoando-os na represa Billings, e eles que se virem por lá.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Passo a palavra primeiramente à representante da Secretaria de Habitação do município.

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - O seu comentário foi muito bom, porque nos permite colocar algo que precisa ser esclarecido. Como qualquer empreendimento, ele pressupõe um parcelamento, como qualquer gleba. Em um parcelamento você tem um viário, as áreas verdes e as áreas institucionais. O empreendimento está doando 39 mil m^2 de áreas institucionais para o município. Então, além das áreas verdes, também estamos recebendo áreas de 39 mil m^2 de área verde.

Por se tratar de uma área ambientalmente frágil, o zoneamento municipal não permite que se construa mais do que dez por cento. O estadual permite até 20%, mas o municipal é mais restritivo. Ou seja, teremos 3.900 mil m^2 de área construída nessa área institucional, onde construiremos uma creche, uma Emei, um CEI, um Cras e um Creas, que são de assistência social, além da Guarda Civil Metropolitana, o equipamento para saúde da mulher e também...

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Isso será feito com o orçamento do município ou do empresário?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Isso será feito com o orçamento do município com o apoio de recursos federais.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Não há uma compensação ambiental?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Não, não é compensação ambiental. Na verdade, o programa “Minha Casa, Minha Vida” pressupõe que em áreas acima de 500 mil m^2 o município assine uma matriz de responsabilidade na qual ele se responsabilize pelos equipamentos, pois faz parte do programa a ideia de que habitação não é só casa, é também equipamento.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Só para colaborar: o orçamento deve estar sendo votado na Câmara agora. Estão no orçamento todas essas questões que você colocou?

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Sim. Já estavam no orçamento das secretarias a creche, a Emei e o equipamento da saúde da mulher, mas boa parte desses recursos virá do Governo Federal. Foi assinado um acordo com o Ministério das Cidades no qual acho que temos dois milhões e meio de reais para a construção de equipamentos, entre eles o hospital de Parelheiros e esses equipamentos. Então esses recursos também já estão garantidos em parte pelo PAC ou, na sua ausência, como assinamos uma matriz de responsabilidade, também estamos disponibilizando recursos públicos para isso. Inclusive, uma das condições para a entrega dessas unidades é que elas sejam entregues com esses equipamentos construídos. Os projetos já estão sendo aprovados, o projeto da creche já está sendo implantado, acho que a própria empresa nos ajudou nisso. Já temos um projeto e podemos vir a mostrar sua implantação na área, oportunamente.

Quanto à questão do transporte público, também foi assinado um acordo, inclusive por conta da própria Cetesb, que o exigiu. Nele há as linhas novas que o município terá que implantar por conta do adensamento da área. Ele contém o estudo da SPTrans que foi feito para a área a pedido, inclusive, da Cetesb, com a previsão do aumento de frota e de linhas para a região.

A SRA. BETINA SCHMIDT - Gostaria de falar em nome da população do Jardim Apurá. Acompanho esse caso há aproximadamente um ano. Estive em uma audiência em dezembro. O deputado Carlos Giannazi também esteve na audiência, na qual alguns moradores que falavam em nome do Parque dos Búfalos foram, inclusive, agredidos fisicamente e ameaçados de morte.

Alguns dos moradores temem falar em nome do Parque dos Búfalos por conta dessas pessoas cujos nomes eu não vou saber dizer. Elas já foram indiciadas. Então, os moradores sentem medo de defender o Parque dos Búfalos e ir contra o movimento de moradia. No entanto, eu tenho alguns vídeos e posso disponibilizá-los. Não sou jornalista, sou amadora, mas fiz vários vídeos com depoimento de moradores se queixando da falta de estrutura.

Foi prometido a alguns dos que ocupam área de manancial que seriam contemplados pelo projeto residencial Espanha e depois a gente verificou na internet que serão trazidas pessoas de várias áreas de manancial. São de área de manancial, eu entendo que isso seja importante, mas a gente entende que vai superadensar a área. As pessoas realmente se queixam de que falta creche. Eu tenho o depoimento de uma mulher que está há três anos querendo trabalhar e não tem onde deixar o filho.

Eles estão muito descrentes, porque foram feitas promessas que até hoje não foram cumpridas. Tenho, inclusive, um depoimento de um rapaz que também mora em área de manancial, no Jardim Apurá, que paga pela água, pelo esgoto e não tem esgoto. Isso é muito sério.

Ainda em relação à Lei Específica da Billings, estivemos também em uma reunião na Cetesb e realmente não concordamos com o fato de não haver um estudo de impacto. Posso ler novamente o artigo nº 119, da Lei Específica da Billings? Ele diz: "As áreas ainda preservadas do território da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Reservatório Billings, dada sua essencialidade para a recarga hídrica do reservatório e a importância de manutenção de seus atributos naturais, deverão ser objeto de ações integradas entre os Poderes Públicos e a população envolvida, visando conter a expansão urbana das ocupações isoladas existentes à data de publicação da lei."

Vou deixar uma questão. Como pode o poder público, no caso a Prefeitura, dar o exemplo de ocupação em manancial e esperar que não continuem acontecendo invasões, se a própria Prefeitura está dando o exemplo? Isso é muito sério.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O senhor Antonio Rivas gostaria de se pronunciar?

O SR. ANTONIO RIVAS - Sim. Eu gostaria de falar sobre esgoto e sobre densidade de ocupação. Sou responsável, em parte, pela qualidade da Guarapiranga e da Billings.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Meu Deus do céu! Dá vontade de pegar você pelo pescoço.

O SR. ANTONIO RIVAS - Tenho uma atribuição sobre a área.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Não há dúvida, mas isso assusta, porque ali está...enfim, desculpe. Pode falar.

O SR. ANTONIO RIVAS - Eu gostaria que os mananciais tivessem sido ocupados da forma como está sendo proposta essa ocupação. Essa densidade de ocupação está de acordo com as leis de uso e ocupação do solo previstas para os mananciais, então é uma ocupação perfeitamente legal dentro de qualquer legislação.

Com relação aos esgotos, eu não diria que são 3.800 famílias jogando esgoto na Billings, mas sim sendo retiradas, porque essas 3.800 famílias já estão nesses locais, não são servidas pelo esgoto e passarão a ser.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Com sua permissão, volto a dizer: esses lugares irão virar parques? Porque você está tirando uma pessoa de um lugar e colocando em outro para não poluir, mas é preciso tomar cuidado. Por isso que eu falo sobre a questão da fiscalização e da cidadania.

O SR. ANTONIO RIVAS - Basicamente é isso. A densidade é adequada. Se Vossa Excelência olhar uma imagem de satélite, ver esse empreendimento e todo o entorno, perceberá que é triste, porque a ocupação de todo o entorno se deu de uma forma completamente desorganizada.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - O estado incentivou, porque ninguém fiscaliza. A pessoa constrói um barraco de madeira, depois joga um tijolinho, bate uma laje, na hora que vão ver. É em região de manancial, em Santo André, em São Caetano. Vai passar um trator na zona sul toda? Não vai.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de fazer um comentário em relação ao que a Secretaria de Habitação disse, que a Prefeitura vai construir uma creche, um CEI e uma Emei. Isso é pouco, pois fica aquém da necessidade da população. Construir um CEI para 100 crianças em um empreendimento para 20.000 pessoas não terá impacto nenhum. Nós precisaríamos de dez creches, de dez Emeis na região para minimamente atender uma parte da população. Então isso é para inglês ver.

Um CEI, uma Emei, isso não atende minimamente nem a população local, porque hoje temos quase 500 mil crianças fora das creches em lista de espera na cidade de São Paulo, principalmente em Jardim Apurá e na região. Então, construir um único CEI não terá impacto algum no atendimento da demanda da educação infantil. Fico imaginando isso na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio. Isso é muito mais para justificar o empreendimento.

Deputado Tripoli, gostaria de registrar que eu conversei pelo telefone com o novo secretário de Habitação Municipal, João Whitaker, uma pessoa muito séria, extremamente ética, professor da Universidade de São Paulo, que acabou de assumir. Ele disse que não viria porque quer conhecer melhor o empreendimento, está tomando pé da situação, mas se comprometeu a ajudar no processo de fiscalização. Falou que irá se empenhar muito e não irá permitir que haja qualquer tipo de degradação ambiental. Ele se comprometeu em se empenhar. Gostaria de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Ele é parente do Chico Whitaker?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Ele é filho do Chico Whitaker, que foi vereador em São Paulo.

SRA. MÁRCIA FARTOS TERLIZZI - Podemos encaminhar o estudo de impacto que foi feito com relação aos equipamentos públicos. Pedimos o estudo à Secretaria de Educação, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Assistência Social e às demais secretarias. As que eu citei são obrigatórias, mas pedimos às demais secretarias também para que fizessem um estudo do déficit da área e do incremento. Posso encaminhar esse relatório a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Por favor.

A SRA. MARIA CRISTINA POLETTO - Quero ressaltar que, dos empreendimentos que temos analisado no nosso setor, esse é até bem completo em termos de destinação de algum equipamento público para as áreas institucionais. Quando você faz o parcelamento do solo, você destina áreas verdes, área para equipamento, área institucional e muitas vezes não há definição do uso futuro dessa

área, é algo que o município irá discutir depois. Nesse caso já se avançou com alguns equipamentos que seriam implantados.

O sistema viário também foi objeto de discussão no relatório ambiental preliminar. Essas exigências que foram definidas na licença prévia ambiental têm a continuidade, a implantação na licença de instalação e quando for dada a LO - Licença de Operação- para o empreendimento. Então, perto do que existe lá, esse empreendimento seria um ideal de ocupação, com saneamento, com abastecimento de água, enquanto o entorno está todo irregular. Ninguém tem saneamento na região.

O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV - Seria importante que se retirasse toda essa população e a colocasse longe do manancial. Eu não tenho dinheiro para comprar um terreno, mas isso seria o interessante, retirar essa pessoa que a Secretaria de Habitação colocou que está poluindo o manancial, fazendo invasões, enfim, construir longe do manancial e dar à população o acesso à água.

Hoje o mundo todo está dando à população o acesso à água. Vimos em Barcelona como foi, com o mar ali perto, a região de tratamento de lixo foi coberta por concreto para permitir à população estar à beira da água, valorizando a água. Eu moro ao lado do Rio Pinheiros. É triste ver o Rio Pinheiros daquela forma, com aquele cheiro. Poderia ser um rio a que eu tivesse acesso, como os rios despoluídos que existem.

Esse foi um requerimento aprovado e requerido pelo deputado Carlos Giannazi. Estou satisfeito com a reunião e queria fazer o seguinte encaminhamento: que esta comissão possa ir até o local no começo do ano, então, quem sabe, iremos convidar alguns dos senhores para acompanhar e ver o que ocorre de fato. Pelo que entendi, está dentro da legislação, mas há a questão de fiscalização, de cidadania, de como isso irá acontecer. E como a maioria dos candidatos não tem conhecimento da área, sugiro uma visita junto com o deputado Carlos Giannazi e esta comissão até o local. Iremos determinar a data.

Agradeço a presença dos senhores representantes da população, apesar de só ter vindo uma pessoa, mas a população esteve bem representada. Agradeço também a presença da nossa querida representante da Secretaria Municipal da Habitação, Márcia Maria Fartos, do senhor Antonio Rivas Galindo Jr., da senhora Maria Cristina Poletto e do senhor Sérgio Luis. Agradeço a presença dos senhores.

Foi dado o encaminhamento solicitado pelo deputado. Obrigado pela participação. Sucesso ao novo secretário da Habitação.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Peço que mandem as informações. Irei mandar o requerimento para o secretário. Se o senhor puder adiantar essa documentação. Eu a pedi oficialmente, mas se o senhor já puder juntá-la, eu agradeço.

Agradeço à senhora que veio de longe para prestar esclarecimentos.

Convoco as senhoras deputadas e os senhores deputados para a próxima reunião, na próxima terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, com os projetos divulgados anteriormente.

Muito obrigado à assessoria e a todos os presentes.

Boa tarde a todos.

Está encerrada a reunião.

* * *